

Artigo

POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO: CLASSE E GÊNERO*

Ana Paula Vosne Martins**

Resumo: Este artigo discute a questão das relações entre os conceitos de classe e gênero para a análise histórica. A partir dos debates entre marxistas e feministas e da influência do trabalho historiográfico de Thompson para a escrita da história social das mulheres, o objetivo é entender algumas das críticas endereçadas a Thompson sobre a experiência feminina no processo histórico da formação da classe operária, bem como discutir de que modo as relações de gênero estão presentes em alguns trabalhos mais recentes de Thompson.

Abstract: This article discusses the relations between the concepts of class and gender in the historical analysis. Beginning with the debates between marxists and feminists and the influence of the E.P. Thompson's historiographic works for the writing of women's social history, its aim is to understand some criticism addressed to Thompson about the female experience in the historical process of the making of the working class, as well as to discuss how gender relations are present in Thompson's more recent works.

Palavras-chave: Classe - Gênero - História social

Keywords: Class - Gender – Social history

* Este texto é resultado de discussões desenvolvidas no curso do Prof. Sidney Chalhoub durante o primeiro semestre de 1996, a quem agradeço pelas observações, sugestões e críticas.

** Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e doutoranda em história social pela Unicamp.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 4/5	135-156	1997/1998
------------------------	---------------	--------	---------	-----------

Introdução

A historiografia feminista marxista conquistou um espaço acadêmico-institucional indiscutível nas últimas três décadas, principalmente no meio anglo-saxônico, onde a história social das mulheres foi produzida com maior fôlego. No entanto, desde meados dos anos 80, a história social vem sendo alvo de críticas, formuladas, em grande parte, pelas feministas – de origem marxista ou não – insatisfeitas com os resultados da extensa produção da história social das mulheres, que, segundo a crítica, em muito pouco alterou o estatuto dos estudos sobre a mulher no interior da disciplina histórica, simplesmente por não questionar os pressupostos teóricos a partir dos quais os historiadores realizavam suas pesquisas – particularmente no que se refere às categorias de identidade e de experiência.

Entender a crítica feminista à história social requer o estabelecimento de algumas questões de fundo, como as relações entre feminismo e marxismo e os problemas de ordem conceitual, alvo das críticas mais radicais, como veremos. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir as possibilidades analíticas de uma abordagem que articule as categorias classe e gênero, tomando como referência o trabalho de E.P. Thompson e as críticas à história social. Abordar a forma como Thompson definiu a classe no decurso de seu trabalho historiográfico e a forma como o gênero está sendo definido no interior das ciências humanas e da história significa enfrentar esquemas teóricos bastante diferentes, mas a intenção aqui é buscar pontos em comum, possibilidades de diálogo.

Apesar das críticas que as historiadoras feministas endereçaram aos historiadores marxistas por não terem dado a devida atenção às mulheres e às relações de gênero no processo de constituição da classe operária, não se pode esquecer que grande parte da historiografia que problematizou a participação política das mulheres foi produzida à sombra da obra de Thompson.

Desta forma, minha análise terá como ponto de partida as relações entre o marxismo e o feminismo para entender por que o trabalho de Thompson exerceu grande atração e influência sobre os estudos de história das mulheres. Em seguida, discutirei como a abordagem de Thompson sobre

as relações entre classe e cultura deu visibilidade à participação das mulheres no processo histórico da formação da classe operária inglesa e, por fim, apresentarei o estado atual das discussões em torno do conceito de gênero, bem como as críticas ao trabalho de Thompson.

A partir dessas discussões, pretendo retomar os dois conceitos e expor as possibilidades de uma análise que os articule, pois tanto a classe como o gênero são categorias que compreendem fenômenos históricos envolvendo determinados agentes em suas múltiplas e complexas relações sociais e de poder.

Marxismo e feminismo

Entender como a obra de Thompson e suas críticas às interpretações a-históricas do capitalismo e da luta de classes influenciaram decisivamente a produção de uma história feminista marxista requer uma breve exposição sobre a relação entre o feminismo e o marxismo a partir dos anos 60.

Numa publicação coletiva de 1981, Heidi Hartmann expunha o mal-estar dessa relação no artigo “The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Toward a More Progressive Union”. Nesse artigo são abordados os entraves de ordem teórica e política presentes na incorporação da chamada “questão da mulher” à agenda marxista e as possibilidades de reestruturação teórica a partir da aproximação entre o movimento independente de mulheres e a Nova Esquerda (cf. Sargent, 1981).

Por que um “casamento infeliz”? Segundo Barbara Taylor (1983), essa relação pode ser recuada até os movimentos socialistas do século XIX, em que a discussão sobre os direitos das mulheres e as desigualdades entre os sexos integrava o debate político e fazia parte do projeto socialista de uma nova sociedade. As integrantes dos partidos socialistas e comunistas insistiam no caráter social e político das desigualdades de gênero, mas tinham que se contentar com o caráter secundário dado a essas questões frente à prioridade da luta de classes. Mesmo depois das revoluções russa, chinesa e cubana, a questão da mulher continuaria secundarizada frente aos novos desafios das sociedades comunistas, como as guerras, o desenvolvimento econômico, o imperialismo, etc.

No ocidente, as feministas continuavam sua demanda por incorporar no quadro teórico-político do marxismo as desigualdades sexuais. Sem abandonar os conceitos mais centrais do marxismo, as feministas procuravam explicar a histórica opressão e submissão das mulheres a partir do paradigma da produção (cf. Benhabib e Cornell, 1993).

Segundo a conceituação de Marx, a produção envolve um duplo relacionamento: a re-produção da vida, da espécie humana, e a produção social, resultado da cooperação de vários indivíduos e que determina a natureza da sociedade. Mas, em certos trabalhos, Marx enfatizará a natureza social da produção de mercadorias e negligenciará a produção de indivíduos – a reprodução – e a produção simbólica (cf. Nicholson, 1993: 24-27).

Para incluir a questão das relações sociais de sexo no escopo teórico marxista, as feministas passaram a utilizar o termo “reprodução”, isto é, o conjunto de atividades sociais que envolviam a procriação, o cuidado dos filhos e o trabalho doméstico. O problema dessas formulações é que elas continuavam articulando as atividades intersubjetivas a partir do conceito de produção e, assim, as questões pertinentes às relações sociais de sexo continuavam secundarizadas. Algumas tentativas foram feitas no sentido de unificar classe e sexo – como se o sexo fosse uma forma de classe –, ao se estabelecer uma correlação entre trabalho e marxismo e sexualidade e feminismo. Em outras palavras, a exploração do trabalho estaria para o marxismo como a exploração da sexualidade para o feminismo. Assim, teria sentido falar das mulheres como classe, tendo em vista a posição que elas ocupavam nas relações de produção afetivo-sexuais (cf. Benhabib e Cornell, 1993: 9).

As tentativas de ampliar as categorias marxistas falhavam ao continuar operando no interior do paradigma da produção. Isso levava, no caso da história das mulheres, a uma lógica do suplemento, isto é, à escrita de uma história na qual as mulheres eram adicionadas ao conjunto dos grandes acontecimentos ou das estruturas. No máximo, o marxismo podia ser ampliado para dar guarida a outros temas como a ideologia, a cultura e a “questão da mulher”, mas as explicações e a ênfase das pesquisas continuavam a ser as relações de produção.

No contexto anglo-saxônico, o movimento independente de mulheres, aliado à Nova Esquerda, contribuiu para a produção de análises históricas em que o paradigma da produção começava a ser questionado, bem como o modelo topológico de classe, ao tratar historicamente as relações sociais entre indivíduos que viveram situações determinadas no tempo. Essa perspectiva abria novas possibilidades analíticas para as relações sociais de sexo no interior do marxismo, como se pode observar através de importantes publicações das décadas de 70 e 80 ¹.

No entanto, a aproximação entre feministas e marxistas continuava sendo marcada por oposições entre explicações de ordem estrutural e explicações históricas. De qualquer forma, as relações sociais de sexo não eram incorporadas à análise histórica. Tal problema pode ser melhor visualizado por meio das argumentações de Perry Anderson sobre as relações entre feminismo e marxismo.

Anderson (1984: 104-108) reconhece a negligência do marxismo para com as mulheres. Todavia, a luta contra as desigualdades de sexo jamais forneceria o ímpeto principal para uma liberação humana mais ampla, simplesmente porque “as estruturas de dominação sexual recuam muito mais no passado e penetram mais profundamente na cultura do que a exploração classista. A divisão entre sexos é um *fato da natureza*, não pode ser abolida. A divisão entre classes é um *fato da história*”.

Além dessa dicotomia entre natureza e cultura, sexo e classe, o aspecto mais crítico para Anderson era o caráter da luta das mulheres. Segundo o autor, por mais justa e universal que pudesse ser a causa feminista, ela era insuficiente como ação coletiva e incapaz de eliminar a economia e a política do capital. Somente os trabalhadores – produtores imediatos – teriam tal força, devido a sua capacidade de organização de classe ou a sua posição estrutural no processo geral da produção capitalista.

Apesar de ter sido escrito originalmente em 1983, quando as discussões em torno das oposições sexo-natureza/classe-cultura já estavam

¹ *New Left Review*, *History Workshop Journal*, *Radical History Review*, *Journal of Social History* e a coletânea feminista-marxista *Powers of Desire*, de 1983.

praticamente sendo ultrapassadas, o trabalho de Anderson continuava defendendo em primeira instância a determinação da posição dos sujeitos na produção, tanto para a história como para a ação política.

Tentando romper com essa abordagem dicotômica, as historiadoras marxistas gastaram muita tinta para comprovar como sexo e classe se imbricavam historicamente como divisões sociais que se fundamentavam em sistemas de dominação e exploração. Os periódicos citados acima e tantas outras publicações individuais e coletivas dos anos 70 e 80 testemunharam o debate em torno das relações entre o patriarcado e o capitalismo. O objetivo desse intenso debate era mostrar como as mulheres eram alvo de um duplo sistema de exploração e como a história negligenciou o processo de sobreposição do capitalismo ao patriarcado. Havia então toda uma história de opressão e exploração a ser resgatada².

É importante ressaltar a intenção política da história da opressão em criar uma identidade para as mulheres a partir do corpo teórico marxista. O que unia as mulheres era sua história de exploração e opressão pela ordem patriarcal e pela ordem capitalista. Em que pese o esforço intelectual e a qualidade dos trabalhos realizados sob essa ótica, a história da opressão gerou alguns equívocos, como a idéia de que a escrita dessa história só deveria ser realizada pelas próprias mulheres – uma concepção linear da história a partir da condição de oprimida e, paradoxalmente, o reforço da ação masculina e da submissão feminina ao transformar a opressão no fator principal e unificador da história das mulheres.

É nesse contexto que o trabalho de Thompson teve um importante significado para as historiadoras feministas, particularmente o livro sobre a formação da classe operária inglesa. Ao afirmar que procurava resgatar as práticas e experiências dos indivíduos da condescendência da posteridade, Thompson abria caminhos para a escrita da história de sujeitos sociais que antes estavam subsumidos em agentes coletivos ou em estruturas.

² Um bom exemplo desse debate e do tipo de pesquisa histórica que ele suscitou é o livro de Sheila Rowbotham (1973).

Os trabalhos de Thompson e de outros historiadores britânicos como E. Hobsbawm e C. Hill propunham uma outra perspectiva de análise histórica das relações sociais: a história vista de baixo. Essa perspectiva tinha como objetivo entender as relações entre as classes sociais a partir das classes baixas – camponeses e operários – sem perder de vista a natureza política dessas relações. Portanto, abandonava-se o enfoque dicotômico opressão-subordinação em favor das relações de opressão, exploração, submissão, acomodação, luta e resistência. Complexificavam-se, assim, as relações de poder, rompendo com os pares opostos opressor-oprimido, ativo-passivo, ao pensar os sujeitos da história como sujeitos políticos.

Essa abordagem político-cultural das relações sociais foi bem recebida pela história das mulheres: tratava-se de uma história que resgatava a ação e a palavra das mulheres, que fornecia provas não somente da opressão mas das estratégias de luta e resistência para sobreviver aos sistemas opressores. Foi à sombra das reflexões thompsonianas sobre o caráter político das relações de classe que se produziu, então, a história social das mulheres nos anos 80, com ênfase no trabalho feminino e na participação política das mulheres nas sociedades em processo de transformação da ordem pré-capitalista para a ordem capitalista, de uma cultura rural para uma cultura urbana. O hiato entre a publicação de *A Formação da Classe Operária Inglesa* e o auge da produção da história social das mulheres deve-se ao fato de que o feminismo só muito lentamente conseguiu adentrar nas universidades e nos departamentos de história, enfrentando uma forte oposição dos historiadores mais conservadores (cf. Scott, 1992).

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que grande parte dos trabalhos publicados nos anos 80 são resultado de teses de doutorado que foram realizadas durante a década de 70, já sob a influência do livro de Thompson e do movimento feminista. Um exemplo esclarecedor do fortalecimento da história marxista feminista ao longo da década de 70 é a mudança do subtítulo de *History Workshop*, periódico publicado desde 1976. Até 1982, o periódico caracterizava-se como uma “revista de historiadores socialistas”. A partir de então, passou a ser uma “revista de historiadores

socialistas e feministas”. Segundo o editorial do nº 13 (1982), a alteração se fez necessária porque as demandas do feminismo não podiam ser subsumidas ao socialismo em seu conjunto, ou seja, apesar de não se oporem, o socialismo e o feminismo não podem ser reduzidos um ao outro. Outro fator decisivo para a alteração foi o incremento da produção historiográfica sobre as mulheres, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Desta forma, o periódico se propunha a ser um fórum de debates e um espaço para a divulgação da história produzida sob a perspectiva da luta de classes e do efeito das divisões sexuais tanto no passado quanto no presente.

Acompanhando publicações como *History Workshop* e outras congêneres, fica evidente que o período delimitado entre meados da década de 70 e os anos 80 é uma época de “acumulação primitiva” para a história das mulheres, com centenas de publicações e elaboração de teses sobre a temática. Foram as historiadoras marxistas que resgataram a documentação sobre as mulheres operárias e sua participação na constituição da classe operária, bem como problematizaram as transformações de ordem econômica e ideológica que sustentaram a oposição entre o público e o privado, o que resultou em importantes análises sobre a ideologia da domesticidade e o impacto dos valores da classe média sobre a classe operária ao longo do século XIX e início do século XX.

Cabe aqui citar algumas dessas historiadoras que se destacaram por seus trabalhos, como Barbara Taylor, Dorothy Thompson, Catherine Hall, Leonore Davidoff, Sally Alexander, Michelle Perrot e Louise Tilly, entre tantas outras que tinham como objetivo mostrar que a classe, como processo histórico, tinha diferenças internas que levavam a experiências igualmente diversificadas. Escrever a história das mulheres pela perspectiva da “história vista de baixo” significa escrever uma história de resistências, de alternativas fracassadas e de politização do cotidiano. Desta forma, as historiadoras feministas afastavam-se de uma visão miserabilista das histórias das mulheres e começavam a ampliar as possibilidades teóricas da abordagem thompsoniana sobre classe ao pensar sobre os significados políticos dessa categoria.

Catherine Hall (1988) comenta que as mulheres aparecem no livro de Thompson como ativistas políticas, participando de sociedades, clubes e organizações sindicais ou então como profetisas e visionárias. No entanto, o

feminismo recolocou o significado da presença feminina ao pensar a cultura radical do século XIX e seus espaços bem definidos para homens e mulheres, mostrando como a experiência de classe não era vivida igualmente por todos os seus agentes.

É inegável a contribuição de Thompson ao dimensionar politicamente a formação da classe mediante as experiências de seus sujeitos históricos, permitindo às historiadoras feministas problematizar as diferenças de gênero que atravessavam a classe. Resta, então, entender como o trabalho histórico-conceitual de Thompson foi tão bem aceito pelas feministas marxistas e por que Catherine Hall diz que é necessário ampliar o conceito de política na narrativa histórica sobre a cultura da classe operária.

Das “classes no papel” para as classes na história

Não é tarefa das mais fáceis definir o trabalho de Thompson, pois acostumados que estamos às classificações e à pernicioso separação entre ação e intelecto, fica difícil compreender a trajetória incerta e por vezes contraditória de um intelectual em ação como ele. Dizer que Thompson foi um historiador marxista é dizer pouco, pois ele não foi somente pesquisador. Quanto ao marxismo, haveria necessidade de investigar o significado de ser marxista para o contexto britânico pós-segunda guerra mundial. O objetivo desta seção é analisar seu trabalho histórico-conceitual.

Adjetivo dessa forma o trabalho de Thompson por entender que ele foi um crítico ferrenho da “ciência do encaixe”, ou seja, suas análises dos processos históricos não partem de nenhum *a priori* histórico auto-confirmador. Pelo contrário, os instrumentos conceituais manejados pelo historiador só têm sentido e eficácia na dinâmica do processo histórico. O trabalho de Thompson é, de certa forma, uma estocada nas abordagens idealistas da história, que confundem os conceitos, as construções conceituais do pensamento, com as realidades que lhes dão sentido. Na ótica de Thompson, não há sentido em falar de um conceito senão a partir de sua historicidade.

Esse entendimento da natureza crítica do conhecimento histórico torna-se evidente em sua obra, e é o que fundamenta a sua definição de classe social.

A tendência do marxismo ortodoxo em explicar a história e a dinâmica das relações sociais a partir de uma perspectiva topológica resultava num modelo teórico no qual a sociedade era representada como um espaço que se compunha de uma base material que determinava a natureza da sociedade pela posição que os indivíduos ocupavam nela. As relações que os indivíduos e os grupos sociais estabelecem entre si eram vistas, portanto, como determinadas pela posição que eles ocupam nessa topografia social. Como bem caracterizou Bourdieu (1989), essa abordagem recortava teoricamente conjuntos semelhantes de indivíduos – as classes – a partir de sua posição estrutural, tratando-se, portanto, da existência teórica de uma “classe no papel”, e não de uma classe real nem de um espaço de relações sociais. Faltava história e sobrava determinismo nesse esquema teórico.

Thompson se opõe radicalmente a essa abordagem. A rejeição ao determinismo economicista e à pretensão totalizante da “ciência materialista da história” levou-o a defender a especificidade do conhecimento histórico, bem como a combater a atitude elitista dos intelectuais de esquerda em se considerar – não sem arrogância – detentores do saber da história e do lugar da consciência política. As “classes no papel” pouco explicavam o processo de sua constituição. O trabalho de Thompson foi, assim, o resultado de um esforço intelectual para compreender os fenômenos histórico-sociais que tiveram lugar no processo de formação da classe operária.

O conceito de classe é central em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), embora não seja um conceito *stricto sensu*. Com exceção do prefácio, Thompson não demonstra maiores preocupações em primeiro expor seu conceito de classe social. Na verdade, no primeiro volume do livro – *A Árvore da Liberdade* –, quase não aparece no texto a própria palavra “classe”, como irá ocorrer nos outros dois volumes. Isto se explica porque Thompson parte de uma realidade conhecida – a efetiva constituição da classe operária inglesa nos anos 1830 – para entender, por um método regressivo, o processo mediante o qual a classe “se fez”, recuperando todo um conjunto de relações

sociais e de práticas culturais mais ou menos comuns. Assim, a classe não estava dada; ela se constituiu na trama histórica das relações sociais.

O caráter histórico do conceito de classe tem alguns importantes desdobramentos. Primeiro, a classe não é pura abstração, mas uma categoria composta por indivíduos concretos que, pelo fato de terem uma experiência comum, se reconhecem como membros de uma classe. Segundo, essa experiência comum se dá por meio de determinações objetivas e subjetivas que somente a pesquisa histórica pode analisar. Terceiro, a formação da classe operária é inseparável do enfrentamento político de sujeitos antagônicos – a luta entre interesses geralmente opostos de indivíduos que reconhecem ter experiências comuns antecede e dá a natureza política das relações sociais de classe.

Para além do conceito de classe, percebe-se no conjunto da obra de Thompson a importância da prática política. É por meio dela que se constituiu a classe e a consciência de classe. Daí a centralidade do embate político em sua narrativa histórica.

Para os propósitos deste texto, seria necessário analisar melhor o que significa “experiência” para Thompson e qual o entendimento da prática política. No prefácio de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson diz que a experiência de classe (herdada ou partilhada) dos indivíduos é, em grande medida, “determinada pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente”. Por outro lado, em *A Miséria da Teoria* (1981), “experiência” é o termo utilizado para referir, primeiro, às práticas de homens e mulheres envolvidos em relações produtivas determinadas e, segundo, à forma como essas práticas são “tratadas” pelos indivíduos em sua cultura.

Para Thompson, a experiência não se reduz às práticas autônomas dos indivíduos. Ela se dá, antes, nas práticas de indivíduos em relações sociais de produção no tempo. Essas práticas são vividas a partir de um conjunto de valores culturais. Em outras palavras, embora haja a determinação material na análise de Thompson, esta só é compreensível através da ação-experiência-consciência de homens e mulheres concretos.

É importante ressaltar que não há hierarquização entre as esferas da experiência humana nessa formulação, isto é, o econômico não se sobrepõe ao político ou aos valores morais. Tal procedimento analítico é resultado, por um lado, de uma aproximação cautelosa com a antropologia e, por outro lado, do enfrentamento dos “silêncios de Marx” sobre os costumes, os valores morais e todo o conjunto de atividades humanas resultantes da produção simbólica.

“Experiência” e “cultura” são termos que evidenciam o forte sentido de tempo para Thompson, bem como reforçam o estatuto da ação humana no processo histórico. Mas não se trata de uma ação desprovida de sentido: os estudos realizados por Thompson revelam sua obstinação em apreender o sentido político das práticas culturais e das ações dos sujeitos. Como expus anteriormente, um dos desdobramentos da conceituação histórica da classe é a noção de luta de classes. Ela antecede a classe, ou melhor, forja a classe num jogo de forças e na polarização de interesses opostos de grupos sociais. Assim, é difícil entender a formação e a consciência da classe operária fora do embate político.

As reflexões de Thompson abrem, portanto, grandes possibilidades para abordagens sobre a cultura das pessoas comuns e da classe operária. Os conceitos de luta de classe e de experiência permitiram a visualização de sujeitos-em-relação, bem como dos valores morais e dos códigos de conduta que traziam uma certa dose de indeterminação para a análise histórica.

O trabalho de Thompson inspirou outros que buscavam analisar o processo de constituição das mais diversas formas de relações de poder, bem como a formação de identidades sociais. Experiência e consciência, mediadas pelas práticas culturais, eram conceitos centrais na escrita da história não só da classe operária, mas também dos camponeses, dos escravos e das mulheres.

O trabalho histórico-conceitual de Thompson deu suporte teórico para os estudos sobre a participação política das mulheres no processo de formação da classe operária, assim como contribuiu para o alargamento da noção de política, com seus estudos sobre a racionalidade das ações coletivas e de práticas culturais, que até então eram consideradas reações instintivas ou exemplos do atraso e da barbárie das classes baixas – como os motins de

subsistência e a venda de esposas, por exemplo. As historiadoras marxistas viam no trabalho de Thompson um grande aliado para o entendimento das experiências femininas na história, bem como um efetivo aporte teórico para analisar os sistemas de exploração sem cair no determinismo econômico.

Contudo, a análise thompsoniana sobre a formação da classe operária se ressentia das diferenças. A experiência de classe era comum a todos os homens e mulheres? Se não era, como explicar as diferenças? Essas e outras questões foram elaboradas a partir do momento em que, no interior do pensamento feminista, a lógica identitária começou a ser questionada e a diferença passou a ser problematizada.

Partir de Thompson, mas ir além de Thompson: este era o desafio para as historiadoras feministas que começavam a pensar nas relações sociais fundadas a partir das diferenças de gênero.

Classe e gênero

Se há um mínimo de consenso entre as diversas correntes no interior do feminismo, trata-se da recusa de explicações a-históricas para as desigualdades de gênero. As relações entre os sexos e a forma como estão organizadas não são determinadas pela natureza ou por qualquer mecanismo biológico, mas pela forma como essas diferenças são percebidas e tratadas socialmente. Nenhuma feminista se oporia a essa definição, independentemente de sua orientação teórica. As divergências ocorrem na forma de explicar o processo histórico que engendra as relações sociais de sexo. Além disso, há divergências quanto à própria terminologia: “sexo”, “relações sociais de sexo”, “gênero” e, mais recentemente, “subjetividade múltipla”.

As feministas abandonaram expressões como “sexo” e “relações sociais de sexo” por entender que elas continham um forte determinismo biológico. A expressão “relações sociais de sexo”, por exemplo, dá margem a deduções sobre outra forma de relação (natural?) entre os sexos que não fosse social. Para evitar o determinismo e reforçar o caráter histórico-social dessas relações, passou-se a utilizar a palavra “gênero”, que designa uma forma de categorizar

coisas e pessoas a partir das diferenças sexuais. A ênfase é dada no processo social de percepção, caracterização e valorização das diferenças biológicas.

Tanto para a pesquisa quanto para a prática feminista, a introdução da categoria gênero teve amplas repercussões. A primeira – e talvez a mais importante – foi o questionamento da noção de identidade. Ao longo da década de 70, constituiu-se um campo de estudos e de práticas feministas articulado em torno da noção de identidade feminina. Nesse sentido, as marxistas contribuíram bastante com a conceituação de reprodução e as análises a respeito da sobreposição do capitalismo ao patriarcado. As antropólogas, críticas literárias, sociólogas e psicanalistas também participaram ativamente desse campo procurando elementos que explicassem a especificidade do feminino.

No meio acadêmico francês, a teoria lacaniana e a filosofia desconstrutivista de Derrida começavam a minar a lógica da identidade, paralelamente à crítica das mulheres do terceiro mundo pós-colonial a uma identidade feminina que não dava conta das desigualdades e das diferenças raciais, culturais e de classe social. Assim, o gênero parecia ser uma alternativa para as análises dicotômicas da identidade sexual. A discussão do significado político do deslocamento da identidade para a diferença é bastante complexa e requer uma análise muito minuciosa. No entanto, devo expor meu entendimento desta questão. Os estudos sobre identidade de gênero devem ser referenciados ao contexto histórico e cultural pois, do contrário, pode-se incorrer nos equívocos de uma abordagem sobre a “condição” feminina ou masculina, equívocos estes que acabam reforçando interpretações essencialistas e a-históricas.

No campo dos estudos históricos, o gênero não significa um tema de pesquisa, como o foram a mulher e a identidade feminina. O gênero é uma forma de problematizar, de compreender determinadas relações de poder. Se o gênero está na origem dos processos de significação e de legitimação do poder (cf. Bourdieu, 1995) isso significa que ele não atua independentemente de outras categorizações sociais. Se um dos objetivos da pesquisa histórica é entender as configurações múltiplas do poder, então o gênero,

como categoria analítica, pode ser uma das formas de explicar a organização das desigualdades. Portanto, o desafio para a pesquisa histórica é ampliar o entendimento das relações de poder a partir da interação de diferentes relações sociais: de gênero, de classe e de raça.

As críticas feministas ao trabalho de Thompson serão aqui abordadas a partir desse desafio. Com a ironia que lhe era peculiar, Thompson comenta como foi alvo de um charivari intelectual ao não se alinhar às interpretações miserabilistas da opressão da mulher, comum entre os pesquisadores das chamadas “minorias sociais”, os quais tendem a vitimizar os indivíduos submetidos a relações de poder e a hierarquias sociais, numa interpretação demasiadamente centralizadora e vertical do poder. As críticas mais pertinentes são aquelas que questionam os conceitos utilizados por Thompson, como classe e experiência. Se as críticas se aplicam aos textos mais antigos de Thompson, tentarei demonstrar como o gênero está articulado em suas análises posteriores, presentes na coletânea *Customs in Common* (1993).

As críticas mais pertinentes vieram das historiadoras que foram influenciadas diretamente pelo trabalho de Thompson. O relato de Catherine Hall (1988) sobre esse debate é bastante informativo. Ela comenta como o livro de Thompson sobre a classe operária inglesa foi bem recebido no meio acadêmico e entre as feministas, influenciando decisivamente a produção da história das mulheres. A questão não era a presença das mulheres no livro, mas a ausência de uma explicação sobre o significado político e cultural das mulheres no processo de formação da classe. Esse é o objetivo das pesquisas que foram realizadas a partir do livro de Thompson, como o trabalho de Barbara Taylor, já citado. Taylor demonstra como a identidade da classe operária em 1830 foi construída no interior de uma visão de mundo sexualmente dividida, expressa na citação de uma integrante do movimento owenista: “*the men are as bad as their masters*” (1983: 82)³.

Apesar de sua contribuição inegável, a análise histórica de Thompson dava margem para uma concepção neutra ou masculina da identidade de classe. Para C. Hall, isso se deve ao fato de o conceito de experiência em

³ “Os homens são tão maus quanto seus patrões”.

Thompson não dar conta das diferenças de gênero. Se a classe é formada por indivíduos que compartilham experiências e nelas reconhecem sua identidade como grupo social por meio de mediações culturais, é importante saber se todos os indivíduos vivem da mesma forma essas experiências e como interpretam os códigos de valores. Em suma, qual o efeito de outras divisões sociais sobre as relações de classe?

Essa questão está na origem de pesquisas que procuram relacionar classe, gênero e raça. Bridget Hill (1995) dá alguns exemplos de como as diferenças raciais podem interagir com o gênero, de como a unidade de classe pode ser corroída pelos conflitos de gênero e de como as diferenças de classe podem sobrepor-se ao gênero e à raça. O mais importante, segundo a autora, é ter claro que as três formas de relação não se excluem. Este é o mesmo raciocínio de Nancy Stepan (1994) e de Heleieth Saffiotti (1992). Stepan mostra como, no século XIX, as diferenças de gênero, raça e classe estavam constantemente sendo articuladas no interior do discurso científico – o que explica as analogias entre mulheres, negros e trabalhadores pobres. Saffiotti discorre sobre a importância de repensar o conceito marxista de produção (mercadorias e indivíduos) para entender as contradições vividas no seio da mesma classe, alertando para o fato de que a organização de gênero promove cisões na consciência de classe.

Outro exemplo de como articular classe e gênero vem de Hobsbawm (1987). Num artigo bastante inovador, ele discute a construção das imagens de gênero nos movimentos revolucionários e socialistas no século XIX e início do XX. Seu artigo revela como as mudanças na história da organização operária e socialista foram representadas pela iconografia mediante uma mudança na imagem feminina e da subsequente masculinização das imagens.

Se as diferenças de gênero não estavam presentes em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, é interessante observar como posteriormente, à medida que Thompson avançava nos estudos sobre a cultura plebéia, seus trabalhos foram adquirindo uma tonalidade de gênero. Quando escreveu o artigo sobre a economia moral, em 1971, Thompson identificou o papel das mulheres no interior das comunidades pré-industriais e sua participação nos

motins. Posteriormente, ele se deteve mais sobre essa questão em dois artigos presentes na coletânea *Customs in Common* (1993).

Num deles, “Moral Economy Reviewed”, Thompson mostra como o fenômeno dos motins e de sua composição requerem uma análise que leve em conta o conteúdo estereotipado das fontes, as fases do motim, o papel das mulheres no mercado e na comunidade e as relações das mulheres com as autoridades e o poder. O texto de Thompson é uma resposta a certas interpretações da história social britânica que defendiam a existência da flexibilidade dos papéis de gênero nas sociedades pré-industriais. Ele afirma que a divisão dos papéis de gênero era, pelo contrário, bem demarcada e a questão a entender era a autoridade das mulheres na economia doméstica e nas comunidades, bem como saber por que, na segunda metade do século XIX, a presença das mulheres nos protestos públicos da classe operária declinou e sua imagem passou da de rebelde para a de mãe-dona-de-casa.

Num outro artigo da mesma coletânea, “The sale of wives”, Thompson problematiza um costume que a historiografia, os folcloristas e as feministas viam como um lamentável exemplo da opressão das mulheres na Inglaterra. Trata-se de um ritual popular em que o marido vendia a esposa por meio de anúncios e de sua exposição em local público, com testemunhas da transação entre o marido e o comprador. Aos olhos das classes médias letradas, o ritual da venda era um exemplo da barbárie das classes populares, incompatível com a sensibilidade burguesa e com os ideais de uma sociedade civilizada. Decodificando o ritual da venda, interpretando seus significados à luz da cultura plebéia, Thompson chega a outras conclusões, mostrando como aquele ritual foi a forma que homens e mulheres encontraram para resolver seus “descasamentos” e relações amorosas. Brilhantemente, ele articula determinações objetivas e subjetivas, demonstrando as diferentes tradições e relações sociais que atravessavam o ritual da venda das esposas – entre elas, a especificidade das relações de gênero.

Acredito que a sensibilidade de Thompson para as diferenças de gênero se deu, em grande parte, porque ele passou a estudar as relações entre as culturas patricia e plebéia no século XVIII. Sua preocupação com as

tradições e a luta em torno da defesa de valores e interesses opostos levou-o a detectar relações sociais e de poder diferenciadas no interior da mesma cultura (a cultura plebéia). Era essa abordagem que as historiadoras marxistas feministas reclamavam no estudo sobre a formação da classe.

Muito diferente é a crítica formulada por Joan Scott, historiadora norte-americana que teve sua formação inicial ligada à história social, autora de um estudo sobre os trabalhadores da indústria vidraceira francesa e co-autora, com Louise Tilly, de um importante estudo sobre mulheres trabalhadoras (cf. Scott e Tilly, 1978).

Em 1988, Joan Scott publicou um livro de ensaios, *Gender and the Politics of History*, cujo tema central é a questão da história e do gênero. Conhecido no Brasil pela tradução de um dos ensaios (1990), o livro de Scott é uma tomada de posição radical no que diz respeito à escrita da história, tratando de questões teóricas, historiográficas e políticas.

Na segunda parte do livro, “Gênero e classe”, a autora faz sua crítica à história social a partir de uma leitura de *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Na verdade, a disposição crítica da autora já está esboçada na introdução, quando ela defende a necessidade de uma “epistemologia radical” para a escrita de uma história feminista igualmente mais radical. Segundo Scott, tal radicalismo não é possível nos marcos da história social porque a explicação para as hierarquias de gênero se fundamenta na separação entre as determinações objetivas (econômicas e sexuais) e a ação dos sujeitos na história, mas também porque a análise é conduzida a partir de categorias essencialistas como sexo, classe ou “oprimidos”, tendo como resultado narrativas históricas unificadas como, por exemplo, “a classe operária inglesa”⁴.

Francamente simpatizante de Foucault, da análise desconstrutivista de Derrida (1973) e da crítica literária, Scott (1994: 16) se diz interessada em entender “como as hierarquias de gênero são construídas e legitimadas. A ênfase no “como” sugere um estudo de processos, não de origens, de causas

⁴ Sobre as censuras de Scott à história social e as críticas a sua epistemologia radical, consultar *Cadernos Pagu* nº 3, (1994), em que Louise Tilly e Eleni Varikas posicionam-se a respeito com ensaios muito instigantes.

múltiplas, ao invés de causas únicas, da retórica e do discurso, ao invés da ideologia ou da consciência”. Esse objetivo, aliado a suas escolhas teóricas, coloca em evidência o papel do significado dos conceitos, das práticas e das identidades.

Segundo a definição de Scott, o gênero é uma das primeiras formas de significar as relações de poder. Portanto, as diferenças sexuais estão presentes nas mais diversas lutas pelo poder e nos processos de dominação. Para encontrar e entender o gênero na história, Scott recorre à crítica literária e à desconstrução, alerta tanto para a textualidade quanto para o conteúdo do que é exposto. Seguindo mais de perto algumas das reflexões de Derrida, a autora diz que cabe ao historiador descobrir como os significados atribuídos às diferenças sexuais são construídos, reproduzidos e transformados.

Se os significados são construídos mediante exclusões, sua desconstrução, a explicitação das forças em conflito nesse processo, não se restringe aos textos que nós, historiadores, elegemos como índices do acontecido. O historiador deve estar atento e reconhecer os significados que ele produz e as exclusões que faz em sua narrativa, na representação do acontecido.

É esse tipo de exegese que Scott vai fazer para fundamentar sua crítica a Thompson sobre a classe operária e, por extensão, ao projeto da história social. No ensaio *Women in The Making of the English Working Class*, a autora tem como objetivo realizar uma crítica conceitual à narrativa histórica de Thompson, problematizando a maneira como os significados de gênero estão presentes em seu texto sobre a organização política da classe operária.

A autora procura demonstrar que, apesar do humanismo e do igualitarismo defendidos por Thompson, sua estratégia textual revela uma determinada simbologia de gênero. Em outras palavras, mesmo não sendo o objetivo de Thompson analisar a importância das diferenças sexuais no processo de formação da classe, tanto o masculino como o feminino estão presentes em seu texto por meio de oposições, contrastes, definições e valorações que servem para dar um significado à classe. Scott ataca o que, para ela, é uma definição universal de classe, bem como o tipo de narrativa produzida por Thompson – que atribui uma coerência e unidade à formação da classe.

Embora Thompson tenha afirmado que a definição de classe só pode ser relativa ao tempo e ao contexto, ele não explica de que maneira uma determinada definição se impôs, ou seja, como foi construído o significado da classe. Para Scott, não se pode escrever sobre a classe sem se interrogar sobre seus significados, sem analisar a organização simbólica e as representações. Nessa perspectiva, classe é tanto o que se vive quanto o que se pensa e se percebe sobre essa experiência. Nesse sentido, a representação tem tanta importância quanto as determinações sociais.

A definição de classe que emergiu como dominante tanto no contexto histórico quanto na narrativa histórica só foi possível por excluir outros possíveis significados. Desta forma, a identidade de classe só pode ser entendida dentro de um jogo de forças políticas por meio do qual o significado se impôs. É na desconstrução desse significado que a categoria gênero se mostra uma ferramenta valiosa para Scott. Não basta acrescentar as mulheres e suas experiências a uma narrativa histórica sobre a formação da classe operária. É necessário saber de que modo as diferenças sexuais atuaram no sentido de construir uma identidade masculina para a classe – em suma, de que maneira o gênero e a classe se constituíram como representação, identidade e prática política. Para Scott, uma análise que articule classe e gênero não é possível nos marcos de uma história como a de Thompson, em que a questão da produção de sentidos e da luta política para a imposição do significado de classe não é problematizada.

Embora a análise desconstrutivista levante questões extremamente pertinentes quanto à dinâmica da produção do sentido tanto na vida social quanto na construção do conhecimento, acredito que a questão não é, como muito bem colocou Varikas (1994), escolher entre uma análise desconstrutivista ou a história social. A crítica de Scott a Thompson é bastante acertada ao mostrar os limites de sua definição de classe e em apontar o lugar do gênero na construção da identidade. No entanto, se a crítica é válida para *A Formação da Classe Operária Inglesa*, não o é para os trabalhos posteriores de Thompson, que, com certeza, Scott já conhecia por ocasião da redação de seu ensaio. Thompson sabia dos riscos em congelar a classe em identidades monolíticas e a-históricas – daí seu alerta para a

necessidade de estudos que abordassem as descontinuidades e as mudanças na experiência e na consciência da classe operária (cf. Kaye, 1984: 173).

Tanto o gênero como a classe são fenômenos históricos e se definem por meio das relações sociais. Ambos podem expressar relações de poder mas também de complementaridade e de reciprocidade. Desta forma, a pesquisa histórica pode dizer de que modo e em que contexto as diferenças de gênero atravessam a identidade de classe ou como a consciência e a luta de classes se sobrepõem às diferenças de gênero. Parafraseando Saffiotti, posso dizer que somente análises de fatos reais e históricos podem esclarecer a maneira como os indivíduos vivem diferentemente suas experiências e como elas apresentam, em sua complexidade, um colorido de classe e um colorido de gênero. O desafio é encontrar o lugar da diferença na definição da identidade de classe.

Bibliografia

- ANDERSON, P. 1984. *A crise da crise do marxismo. Introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense.
- BENHABIB, S. & CORNELL, D. (orgs.). 1993. *Feminismo como crítica da modernidade. Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- BOURDIEU, P. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- _____. 1995. "A dominação masculina.", *Educação e Realidade* 20 (2), pp. 133-184.
- DERRIDA, J. 1973. *Gramatologia*. São Paulo, Perspectiva.
- HALL, C. 1988. "The tale of Samuel and Jemima: gender and working class culture in XIX century England.", in (orgs.) KAYE, H.S. & McCLELLAND, K.
- HILL, B. 1995. "Para onde vai a história da mulher?" *Varia Historia*, 14, Belo Horizonte, pp. 9-21.
- HOBSBAWM, E. 1987. "Homem e mulher: imagens de esquerda", in: *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOLLANDA, H.B. (org.) 1992. *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. São Paulo/Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas/ Rosa dos Tempos.

- KAYE, H.S. & McCLELLAND, K. 1988. *E.P.Thompson: Critical perspectives*. Philadelphia, Temple University.
- NICHOLSON, L. 1994. "Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico", in: BENHABIB, S. & CORNELL, D. (orgs.).
- ROWBOTHAM, S. 1973. *Hidden from History. Three hundred years of women's oppression and the fight against it*. Londres, Pluto Press.
- SAFFIOTTI, H. 1992. "Rearticulando gênero e classe social", in: HOLLANDA, H.B. de. (org.).
- SARGENT, L. (org.). 1981. *Women and revolution*. Boston, South End Press.
- SCOTT, J. 1988. "Women in The Making of English Working Class", in: *Gender and the politics of History*. Nova York, Columbia University Press.
- _____. 1990. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", *Educação e Realidade*, 16 (2).
- _____. 1992. "História das Mulheres." in BURKE, P. (org.) *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo, Ed. Unesp.
- _____. 1994. "Prefácio a Gender and the politics of History", *Cadernos Pagu* 3, pp. 11-27, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp. (Trad. Mariza Corrêa).
- SCOTT, J. & TILLY, L. 1978. *Women, work and family*. Nova York, Holt, Rinehart & Winston.
- STEPAN, N. 1992. "Raça e gênero: o papel da analogia na ciência" in HOLLANDA, H.B. (org.).
- TAYLOR, B. 1983. *Eve and the New Jerusalem. Socialism and feminism in the XIX century*. Nova York, Pantheon Books.
- THOMPSON, E.P. 1981. *A miséria da teoria; ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. 1987. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 vols.
- _____. 1993. *Customs in Commom. Studies in tradicional popular culture*. Nova York, The New Press.
- VARIKAS, E. 1994. "Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott." *Cadernos Pagu* 3, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp.